

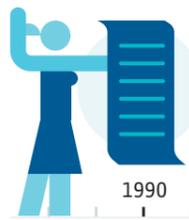
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL

- TODAS AS ETAPAS
- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO



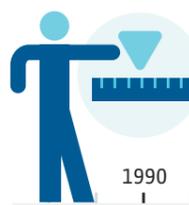
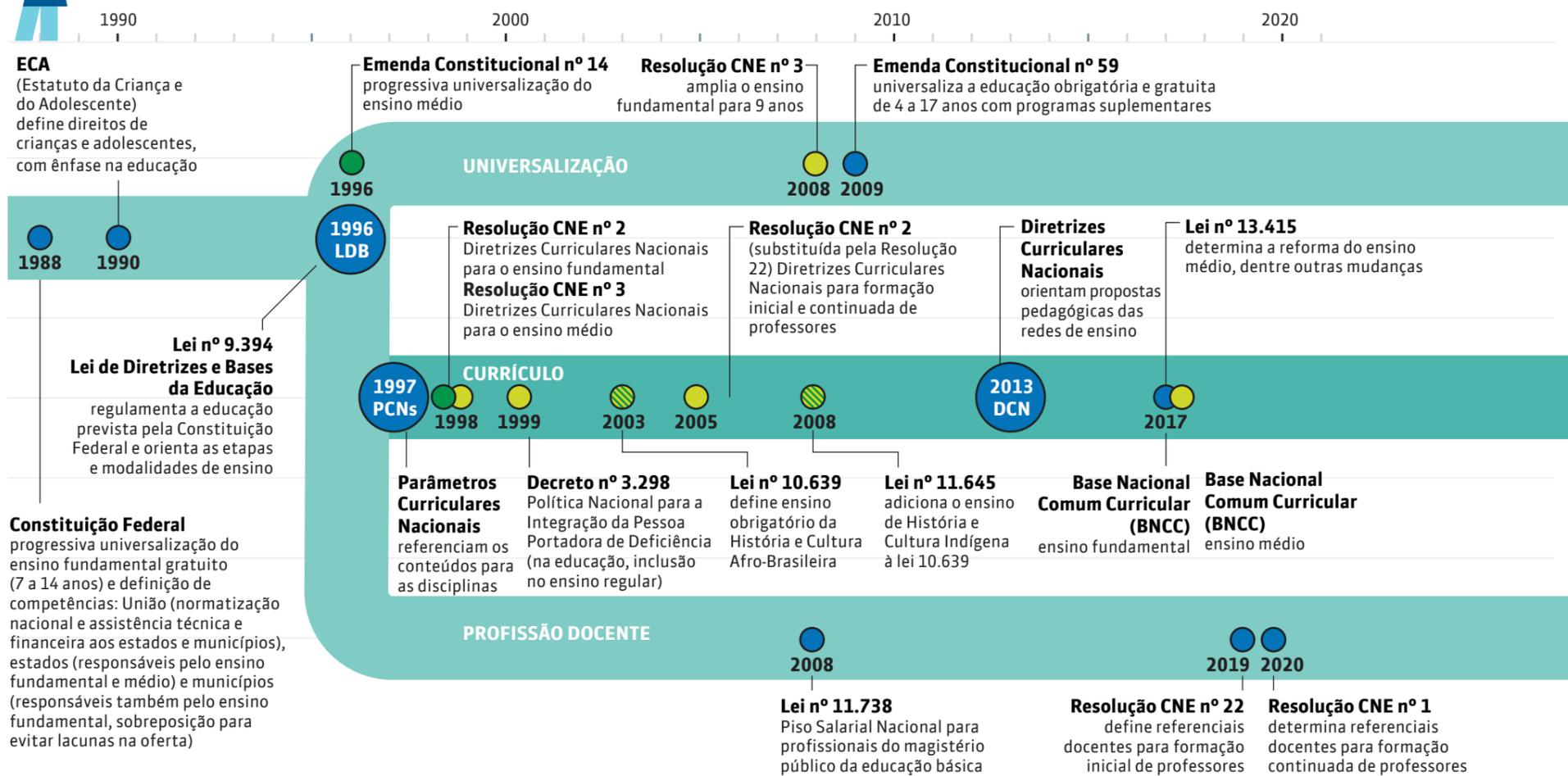
Desde a Constituição Federal de 1988 até os anos 2000, a política brasileira de educação tem passado por um intenso processo para a construção de um sistema mais coordenado capaz de reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras. Esse conjunto de mudanças representou a efetivação do papel da União e, principalmente, do governo federal como coordenador da política que prevê assistência técnica e financeira.

O fortalecimento dos sistemas de avaliação, monitoramento e informação, implementados desde a década de 1990, possibilitou uma atuação mais focada nos grupos vulneráveis e minoritários, buscando aumentar a equidade. Mesmo assim, muitos avanços ainda serão necessários para estruturar o Sistema Nacional de Educação e fortalecer as capacidades institucionais de estados e municípios.



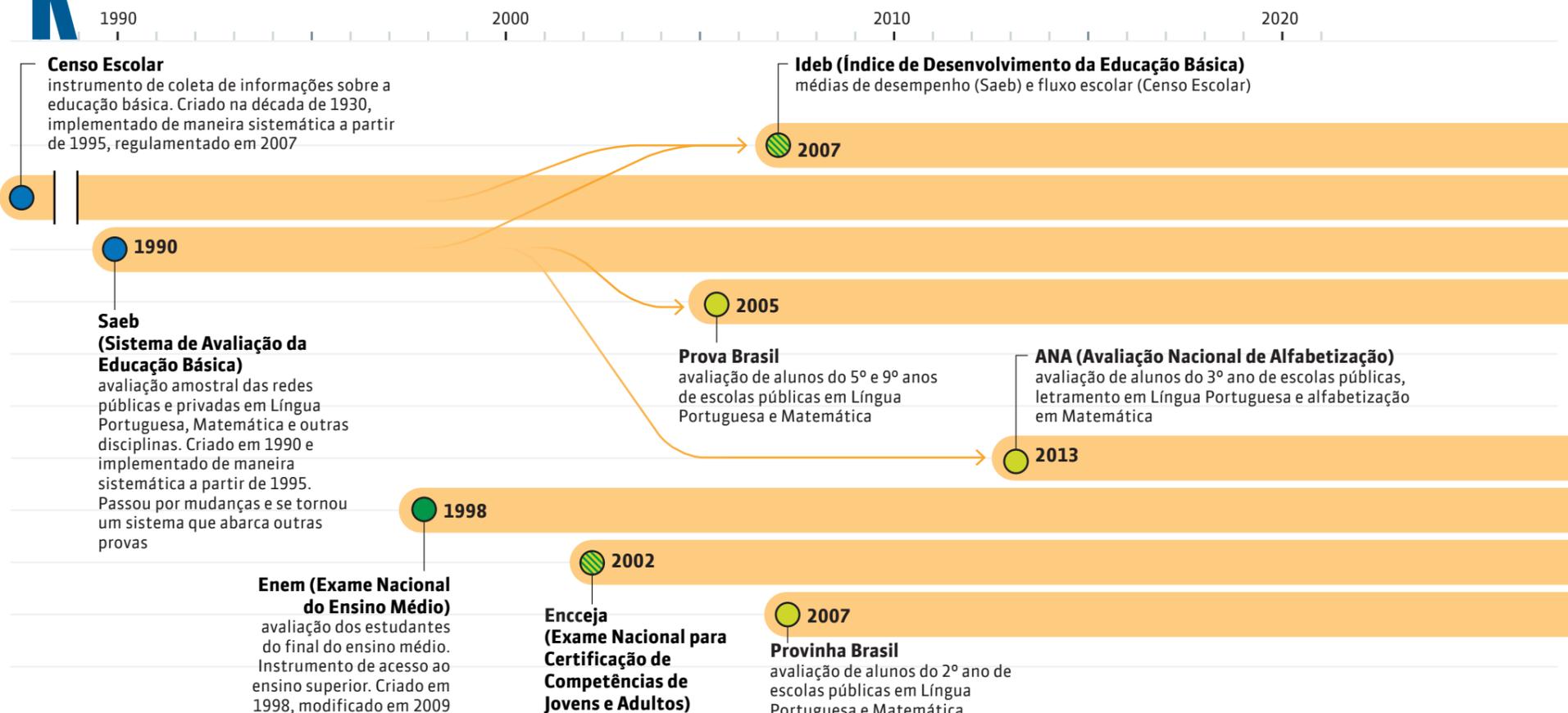
LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

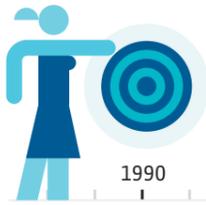
Leis, resoluções, emendas e diretrizes criadas para ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação brasileira, sob responsabilidade do Executivo, Legislativo e CNE (Conselho Nacional de Educação). Sobre as políticas de financiamento da educação, acesse o infográfico relacionado ao tema: <https://bit.ly/3kziwA1>



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Sistemas desenvolvidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para mapear, monitorar e avaliar a educação brasileira com o objetivo de promover ações e políticas públicas que fortaleçam a qualidade do ensino e promovam a diminuição das desigualdades educacionais.





PLANOS

Objetivos, metas e conjunto de ações acordados entre os atores do sistema educacional, para pautar e promover nacionalmente o direito e o acesso de todos e todas à educação.

1990

2000

2010

2020

Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172)
objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos e todas

2001-2010

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005)
objetivos e metas para a efetivação do direito à educação para todos e todas

2014-2024

2007-2022 (foi descontinuado)

Plano de Desenvolvimento da Educação
conjunto de programas e ações para melhorar a educação a partir da articulação com o território e o desenvolvimento



PROGRAMAS

Iniciativas do MEC (Ministério da Educação) e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para distribuição de recursos e suporte às diferentes áreas relacionadas ao acesso e à qualidade do ensino (alimentação, saúde, transporte, material escolar, infraestrutura etc.)

1995 **PPDE** (Programa Dinheiro Direto na Escola)
garante assistência financeira às escolas

1996 **Programa TV Escola**
produz e distribui material de formação aos professores e de apoio às aulas

1998 **PNLD** (Programa Nacional do Livro e do Material Didático)
distribui obras e materiais de apoio

1998 **PNAE** (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
distribui recursos para estados e municípios, além de ações de educação alimentar e nutricional

2003 **Programa Brasil Alfabetizado**
dá apoio financeiro a estados e municípios para alfabetização de jovens, adultos e idosos

2004 **Pnate** (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar)
dá apoio financeiro para transporte de alunos da área rural

2005 **Projovem** (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)
promove conclusão do ensino fundamental por jovens de 18 a 24 anos das zonas urbana e rural

2007 **Pnaic** (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa)
descontinuado

2007 **Caminhos da Escola**
apoia a renovação, padronização e ampliação de frotas escolares

2007 **Mais Educação** apoiava o ensino no contraturno

2016 **Novo Mais Educação** ampliava atividades socioeducativas no contraturno (descontinuado)

2009 **Ensino Médio Inovador** apoia financeiramente a promoção de mudanças curriculares e a ampliação do tempo na escola

2010 **PAR** (Plano de Ações Articuladas) instrumento para planejamento de 4 anos das secretarias estaduais e municipais para assistência técnica e financeira

2011 **Pronatec** (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)
amplia educação profissional técnica (nível médio)

2012 **Peja** (Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos)

amplia jornada escolar e formação integral e integrada dos estudantes

2016 **EMTI** (Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral)

universaliza o acesso e o uso pedagógico das tecnologias digitais

2017 **Programa de Inovação Educação Conectada**

dá assistência financeira, materiais pedagógicos e formação para a alfabetização

2019 **Política Nacional de Alfabetização**

(Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) expande o número de escolas

2021 **Pecim**

1996 **Peti** (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

Programa Saúde e Prevenção na Escola
ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva. Substituído pelo Programa Saúde na Escola

2003 **Programa Segundo Tempo na Escola**
práticas esportivas no contraturno

2003 **Programa Saúde na Escola**
ações de promoção, prevenção e atenção à saúde

1999

2001

2004

Programa Garantia de Renda Mínima
benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) na escola. Substituído pelo Bolsa Escola

Programa Bolsa Escola
benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) na escola. Substituído pelo Bolsa Família

Programa Bolsa Família
renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com condicionalidades

2021

Programa Auxílio Brasil
define transferência de renda por meio de benefícios, como: Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar e Benefício de Superação da Extrema Pobreza

PROGRAMAS INTERSETORIAIS

Iniciativas resultantes de uma articulação interministerial e/ou de outros ministérios, que afetam a educação

PRINCIPAIS ATORES

Ministério da Educação (MEC)
Órgão ligado ao governo federal, responsável por definir diretrizes nacionais e programas federais, fiscalizar a qualidade do ensino, participar dos processos de elaboração de exames nacionais de avaliação, credenciar instituições particulares de ensino superior.

Conselho Nacional de Educação (CNE)
Órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), elabora e aprova diretrizes nacionais da educação, emitindo pareceres, estudos e pesquisas, e atua na avaliação e acreditação de cursos de ensino superior. Uma parte das decisões tomadas pelo CNE precisa da autorização do Legislativo ou do próprio MEC para ser implementada.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Autarquia federal vinculada e fiscalizada pelo Ministério da Educação (MEC), com autonomia para sua gestão. É responsável por executar parte das ações do MEC, relacionadas à Educação Básica, prestando auxílio financeiro e técnico aos municípios, além de captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional da Educação.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Autarquia federal vinculada e fiscalizada pelo Ministério da Educação (MEC), com autonomia para sua gestão. Atua nas áreas de avaliações, exames, indicadores da educação básica e superior, estatísticas educacionais (censos) e publicação de conteúdos relacionados a estes temas.